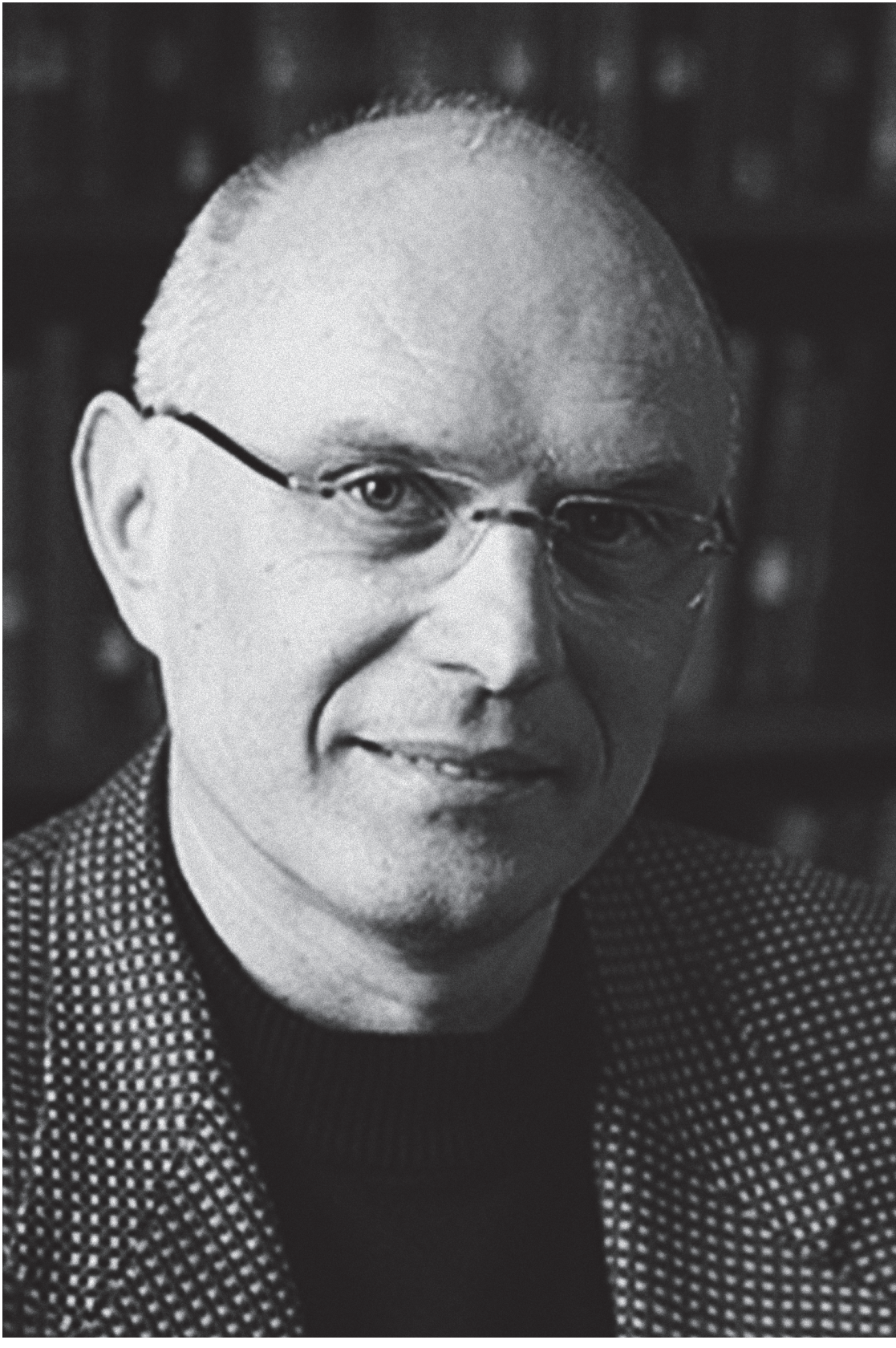

MIROSLAV VOLF

O FIM DA MEMÓRIA

Interrompendo o ciclo destrutivo das lembranças dolorosas

Traduzido por ALMIRO PISETTA

MC
mundocristão
São Paulo

Copyright © 2006 por Miroslav Volf
Publicado originalmente por William B. Eerdmans Publishing Co., Michigan EUA

Editora responsável: Silvia Justino
Supervisão editorial: Ester Tarrone
Assistente editorial: Miriam de Assis
Preparação e revisão: Equipe MC
Coordenação de produção: Lilian Melo
Colaboração: Pâmela Moura

Os textos das referências bíblicas foram extraídos da *Nova Versão Internacional* (NVI), da Sociedade Bíblica Internacional, salvo indicação específica.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19/02/1998.
É expressamente proibida a reprodução total ou parcial deste livro, por quaisquer meios (eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação e outros), sem prévia autorização, por escrito, da editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Volf, Miroslav 1956 -

O fim da memória: interrompendo o ciclo destrutivo das lembranças dolorosas/
Miroslav Volf; traduzido por Almiro Pisetta. — São Paulo: Mundo Cristão, 2009.

Título original: The End of Memory: Remembering Rightly in a Violent World.
ISBN 978-85-7325-562-1

1. Memória — Aspectos religiosos — Cristianismo
2. Reconciliação — Aspectos religiosos — Cristianismo I. Título.

08-11997 CDD-241.4

Índices para catálogo sistemático:
1. Lembranças tristes: Teologia cristã 241.4
2. Memória: Teologia cristã 241.4
Categoria: Inspiração

Publicado no Brasil com todos os direitos reservados por:
Editora Mundo Cristão
Rua Antônio Carlos Tacconi, 79, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04810-020
Telefone: (11) 2127-4147
Home page: www.mundocristao.com.br

1ª edição: abril de 2009

Dedicatória

Para Tim

Agradecimentos

Como um quadro que está sendo pintado, este livro esteve muito tempo (tempo demais!) em andamento — foi iniciado, deixado de lado devido a outras atividades criativas, depois retomado e remexido, só para parar de novo, inacabado, por um tempo. Agora que o meu "quadro" foi concluído, eu me vejo perdido por não saber como agradecer àqueles que, ao longo dos últimos oito anos ou aproximadamente isso, contribuíram para a sua criação, quer estimulando-me a continuar o trabalho, quer brigando comigo enquanto eu refletia e escrevia sobre o meu tema. A memória simplesmente não tem sido capaz de manter-se ligada aos numerosos benfeitores que, dessas maneiras, me ajudaram a produzir o livro. Que as boas ações deles sejam lembradas por Aquele para quem nenhuma boa ação fica perdida!

Apresentei o conteúdo de várias partes do livro em conhecidos cursos, aqui citados, na ordem em que participei: Palestras Gray, no curso de teologia da Duke University (2001); Palestras Stob, na Faculdade Calvin (2002); Palestras Princeton sobre Juventude, Igreja e Cultura, no seminário teológico de Princeton (2002); Palestras Reid, na Faculdade Westminster (2002); Palestras Robertson, na Universidade de Glasgow (2003); Palestra Raynold, na universidade de Princeton (2004); Palestra Dudlean, na Escola de Teologia da Universidade de Harvard (2004), e Palestras da Cadeira Kellen, na Faculdade St. Norbert (2006).

Embora o livro contenha consideravelmente mais do que o conteúdo que foi apresentado na Faculdade Calvin, eu me sinto muito feliz por vê-lo publicado dentro da série das anuais Palestras Stob que a Eerdmans publica em conjunto com a Faculdade Calvin e o Seminário Teológico Calvin. A série homenageia o falecido Henry J. Stob, por largo tempo distinto professor de

teologia moral e filosófica do Seminário Teológico Calvin. Embora eu nunca tenha conhecido pessoalmente o professor Stob, o fato de ele ter desempenhado um papel tão importante na história de uma comunidade acadêmica que eu respeito profundamente e com a qual fiz muitas ligações felizes me proporciona um prazer particular por ver meu livro associado ao nome dele.

Além de discorrer sobre os temas tratados neste livro nos cursos mencionados, também falei sobre eles em vários eventos acadêmicos, tais como os encontros nacionais da Sociedade Teológica Americana (2003) e da Academia da Religião Americana (Filadélfia, 2005), nas universidades de Sarajevo e Pequim, na Universidade Renimin (Pequim) e na Escola de Teologia de Yale, onde leciono. Às platéias e interlocutores de todos esses estabelecimentos, bem como a todos os que por falha minha não mencionei, apresento sinceros agradecimentos por terem concentrado, estimulado e desafiado meu pensamento.

Houve também muitos que me ajudaram individualmente no processo da redação deste livro. Peter Forrest e Sean Larsen trabalharam como assistentes de pesquisa e Linn Tonstad comentou o manuscrito. Minha "equipe" do Centro Yale para a Fé e Cultura — Joseph Cumming, Linda LaSourd Lader, dr. David Miller, dr. Chris Scharen e Travis Tucker — discutiram comigo o manuscrito inteiro. Ninguém desse maravilhoso e obstinado grupo irá me censurar se eu fizer uma menção especial a Linda, que, tendo examinado o manuscrito com cuidado extraordinário, fez perguntas perspicazes não apenas envolvendo o sentido, mas também a sensibilidade e apresentou sábias sugestões (e expediu ordens!). O professor Kendall Soulen atacou de modo crítico e proveitoso uma versão anterior da última parte do livro. Aprendi muito das três respondentes na sessão da Academia Americana da Religião que analisou minha obra sobre a memória: os professores Sarah Coakley, Nicholas Wolterstorff e Michael Wyschogrod. O professor Hillel Levine da Universidade de Boston me passou não apenas uma inestimável perspectiva judaica do que escrevi, mas também fez valer sua incomparável experiência pessoal na prática da reconciliação. Sem Connie Gundry Tappy, minha editora, o manuscrito não teria 50% de sua clareza atual. Depois de muitas promessas vãs de entregar o manuscrito à Eerdmans, o editor-chefe Jon Pott deve ter pensado que ele também jamais o veria. Quero agradecer-lhe por me estimular com mão suave e firme bem como por seu discernimento editorial.

Tenho uma grande dívida de gratidão para com toda essa gente. E também a tenho em relação a mais uma pessoa — alguém que não viu o manuscrito, nem lerá o livro. Susan Bergman, a autora do belo romance *Anonymity* [Anonimato] (1994), sugeriu durante uma de nossas conversas que eu inserisse no livro a história de meus interrogatórios. Ela morreu de câncer no cérebro no início de 2006 sem jamais ver uma palavra do que escrevi.

Finalmente, devo mais gratidão do que consigo expressar, e por mais do que jamais virei a saber, a minha família — Judy Gundry-Volf, minha mulher, e Nathanael e Aaron, nossos dois filhos. Agora que este livro está terminado, porém, mais do que agradecer, quero pedir-lhes perdão — perdão por ter tido de mandar ora um, ora outro dos dois meninos para fora do escritório porque eu estava trabalhando no "livro"; por ter em algumas ocasiões negligenciado minhas obrigações com a família porque a cabeça estava preocupada com a elaboração da obra, além de todas as outras tarefas; por deixar que os três se virassem sozinhos enquanto eu estava longe fazendo palestras sobre a memória e por outras razões também. Espero que hoje eles se lembrem de minhas falhas de pai e marido com compaixão e um dia cheguem até a descobrir que essas deficiências já não lhes vêm à mente.

Este livro é dedicado a Tim Collins. Feliz cinqüentenário, meu amigo!

Sumário

PRIMEIRA PARTE

Lembre-se!

1. Memória de interrogatórios 15
2. Memória: escudo e espada 31

SEGUNDA PARTE

Como devemos lembrar?

3. Dizer a verdade, praticar a graça 49
4. Eu ferido, memórias curadas 73
5. Arcabouços de memórias 91
6. A memória do Êxodo e da Paixão 107

TERCEIRA PARTE

Por quanto tempo devemos lembrar?

7. Rio da memória, rio do esquecimento 133
8. Defensores do esquecimento 149
9. Redenção: harmonizar e expulsar 169
10. Arrebatados na bondade 183

Pós-escrito: Uma reconciliação imaginada 205

Posfácio 221

Notas 223

Índice remissivo 247

PRIMEIRA PARTE

Lembre-se!

CAPÍTULO 1

Memória de interrogatórios

Eu tenho uma confissão a fazer: noutros tempos já fui considerado uma ameaça à segurança nacional. Fui interrogado durante meses — não queriam apenas descobrir detalhes de minha vida particular, mas também obter informações incriminatórias sobre pessoas suspeitas de constituírem uma ameaça ao Estado. Não é à toa que fotos de prisioneiros maltratados em Abu Ghraib no Iraque me chocaram profundamente. Ainda me lembro de onde estava quando vi pela primeira vez a imagem de uma pessoa encapuzada e ligada a fios elétricos, de pé, indefesa, os braços estendidos sugerindo uma crucificação moderna. Por mais terríveis que fossem por si sós essas janelas mostrando maus-tratos, elas também encheram minha cabeça com cenas pessoais — embora menos graves e humilhantes — mostrando interrogatórios de mais de vinte anos atrás.

Acusações e ameaças

Corria o ano do Senhor de 1984, embora para mim mais parecesse o ano de seu arquiinimigo. No outono de 1983 fui convocado para o serviço militar compulsório na então Iugoslávia comunista. Não houve escapatória. Tive de deixar minha mulher e aquela que estava prestes a nascer, e minha dissertação de doutorado a fim de passar um ano numa base militar na cidade de Mostar, dividindo um aposento com aproximadamente quarenta soldados e comendo gulache frio com a carne excessivamente cozida às 5h no café da manhã. Mas ao desembarcar na base percebi que não me aguardava apenas desconforto, mas também perigo.

Minha mulher era cidadã americana e, portanto, aos olhos de meus comandantes, era potencial espiã da CIA. Eu fora treinado no Ocidente numa disciplina "subversiva" que estuda tudo o que se relaciona a Deus, que está acima de todos os deuses mundanos — inclusive aqueles dos regimes totalitários. Eu estava escrevendo uma dissertação sobre Karl Marx, cuja explicação do socialismo e de como consegui-lo só podia servir para tornar ilegítimo o tipo de socialismo defendido pelos militares iugoslavos. Eu era filho de um pastor que os comunistas quase haviam eliminado como inimigo do povo depois da Segunda Guerra Mundial; e a polícia secreta suspeitava que ele fosse um insubordinado e o importunava com regularidade. Eu era inocente, mas o Grande Irmão estaria de olho em mim. Eu sabia disso. Só não sabia qual o rigor da observação.

Sem que eu o soubesse, a maioria dos integrantes da minha unidade estava me espionando. Um soldado me dava para ler um livro com implicações políticas, outro me conseguia um número recente da *Newsweek* ou da *Time*, enquanto um terceiro induzia seu pai, que trabalhava para a revista croata *Danas*, a fazer uma assinatura para mim. Tudo isso planejado para me fazer falar sobre religião, pertencimento étnico, política, militares — qualquer coisa que desmascarasse minhas propensões provavelmente rebeldes. Tinha comigo um Novo Testamento em grego, e alguns soldados fingiam interesse em discutir seu conteúdo, tópico proibido na base. Fui nomeado assistente administrativo do capitão, um posto atraente sob outros aspectos, mas atribuído a mim para que passasse a maior parte do tempo num quarto individual que estava grampeado. Durante meses, quase todas as palavras proferidas por mim foram anotadas ou gravadas; e cada passo que dei, na base e fora dela, foi monitorado.

Minha provação começou logo depois que deparei com um soldado traduzindo para o oficial da segurança uma carta que minha mulher me havia escrito. Fui chamado para uma "conversa". "Nós sabemos tudo a seu respeito", disse o Capitão G., o oficial da segurança. Ele estava ladeado por outros dois oficiais, de rosto inexpressivo e ao mesmo tempo ameaçador. Tinham muitas "provas" de minhas intenções e atividades subversivas. Um dossiê de trinta centímetros de espessura estava sobre a mesa do capitão — transcrições de conversas que eu tivera no meu escritório, relatos do que eu dissera a este ou àquele soldado aqui e acolá, fotos minhas entrando em prédios na cidade eventualmente tiradas de algum ponto mais alto. Com certeza, eles sabiam muito a meu respeito. E pareciam não gostar de nada daquilo.

Como o tribunal em *O processo* de Franz Kafka, meus interrogadores estavam dispostos a arrancar "alguma culpa grave de algum ponto onde originalmente não havia nenhuma."[1] Eu me envolvera em propaganda religiosa na base — devia, portanto, ser contra o socialismo, que na Iugoslávia estava vinculado oficialmente ao ateísmo. Eu havia elogiado a objeção de consciência de um nazareno por ele agir de acordo com seus princípios — eu estava, portanto, solapando a defesa de meu país. Eu dissera algo grosseiro sobre Tito — eu era, portanto, um inimigo do povo. Eu era casado com uma americana e havia estudado no Ocidente — e, portanto, era um espião. As acusações deveriam ter causado embaraço aos acusadores. Restringir a liberdade de expressão, não praticá-la, deveria ser visto como algo moralmente repreensível. E algumas das acusações eram simplesmente tolas. Será que todo americano fora de seu país é um espião potencial? Mas as autoridades agiram com absoluta seriedade: eu devia estar trabalhando para a derrubada do regime. A verdadeira questão, que eles pressentiam corretamente, era que as costuras que mantinham a Iugoslávia unida estavam prestes a se romper. Um inimigo poderia estar escondido atrás de qualquer pedra, qualquer arbusto.

Depois das acusações contra mim, vieram as ameaças. Oito anos na cadeia pelos crimes que eu cometera! Eu sabia o que essas ameaças significavam. Fosse eu um civil, poderia contar com a ajuda de advogados competentes e da opinião pública, de dentro ou de fora do país. Mas eu estava no exército, portanto haveria um tribunal militar fechado. Eu não contaria com um advogado independente. Ser acusado era ser condenado, e ser condenado era ser destruído... a menos que eu confessasse. E "confessasse do modo mais rápido e completo possível".[2] Se eu não admitisse tudo o que eles me garantiam já saber, estava condenado. E assim sucedeu sessão após sessão, semana após semana. Tive de engolir grandes doses de aterradoras ameaças, às vezes com uma sobremesa de falsa esperança. Com exceção do Capitão G., que estava sempre presente, sempre se apresentavam novos interrogadores, de postos cada vez mais altos chegando até ao de general.

Não há dúvida de que toda essa atenção me dava uma sensação de importância — a espécie de importância que sente a raposa caçada por um rei e seu séquito, com aqueles cavalos brancos, cães lustrosos e armas mortais! Mas uma emoção esmagadora abafava todas as demais: medo. Às vezes medo paralisante — medo que faz o corpo derreter-se, não apenas a alma tremer. Embora nunca fosse torturado na carne, eu estava firmemente preso

nas mãos de ferro de meus interrogadores e ficava completamente à mercê deles. Poderiam fazer comigo o que quisessem; e seus olhos, enquanto eles me socavam com ameaças, diziam-me que gostariam de me ver sofrer. Eu não temia tanto a ameaça de prisão — temia a aparente onipotência daqueles malfeitores. Sentia-me como se um olhar perverso me observasse em toda parte, como se uma mente pervertida estivesse torcendo para seus propósitos o que o olhar perverso via, como se uma vontade má estivesse determinada a atormentar-me, como se uma poderosa mão de grande alcance estivesse à disposição daquela vontade. Eu estava numa armadilha e sem ajuda, sem uma base própria sobre a qual pudesse me firmar. Ou a partir da qual eu pudesse resistir. Tremendo diante dos falsos deuses do poder, eu era alguma coisa, com certeza. Mas como pessoa, não era ninguém.

Memória de abusos

As "conversas" cessaram tão abruptamente como haviam começado — sem uma explicação. Concluído meu período de serviço militar, os oficiais da segurança fizeram uma vaga tentativa de me alistar para trabalhar com eles. "Considerando o que você fez, nós o tratamos bem," disse-me um deles. "Você sabe o que você merecia. Você pode mostrar sua gratidão trabalhando para nós." Gratidão? Por meses de vida roubados com interrogatórios simplesmente por eu ser um teólogo cristão e ser casado com uma americana? Por toda a tortura mental? Pelo medo, desamparo e humilhação? Por dominarem minha vida íntima mesmo depois de eu ser dispensado do serviço militar? Por me fazer, durante meses, ver o mundo através da lente dos abusos e não confiar mais em ninguém?

Meus interrogatórios poderiam ser classificados como um tipo de abuso de intensidade média — maior que um insulto ou um tapa, mas moderado em comparação com a tortura e o sofrimento suportados por muita gente nas mãos de torturadores, especialmente daqueles treinados segundo os métodos do Exército Vermelho.[3] Nada de isolamento prolongado, privação de sono ou regime de fome; nada de posições corporais dolorosas, agressões físicas ou abuso sexual. Todavia, mesmo depois, minha cabeça sentia-se escravizada pelos abusos sofridos. Era como se o Capitão G. houvesse mudado para dentro da própria casa da minha mente, instalando-se bem no meio da sala de estar, e eu tivesse de conviver com ele.

Eu *queria* que ele saísse imediatamente da minha cabeça sem deixar marcas. Mas não havia jeito de mantê-lo à distância, de esquecê-lo. Ele continuava naquela sala e me interrogava sem parar. Da qualquer modo, eu sabia que não seria bom esquecer, mesmo se pudesse. Pelo menos não imediatamente. Razões psicológicas e também políticas depunham contra isso. Assim, progressivamente, empurrei o Capitão um pouco para o lado e organizei-me para levar a vida em volta dele. Quando quase mais nada acontecia ao redor, ele prendia meu olhar e me obrigava a ouvir por um tempo suas acusações e ameaças. Mas a maioria das vezes eu ficava de costas para ele, e sua voz era sufocada na correria das atividades diárias. O arranjo funcionou bastante bem. Ainda funciona — de fato, agora ele está confinado no fundo do porão escuro, reduzido a uma vaga sombra de sua antiga personalidade.

Todavia, meu êxito na anulação do Capitão deixou a minha preocupação quase intacta acerca do meu relacionamento com ele. Essa preocupação havia surgido assim que os interrogatórios começaram: eu estava sendo maltratado; e como deveria responder? O modo como eu *sentia* que devia responder era uma coisa. Queria gritar e praguejar e dar o troco na mesma moeda. Em seu romance *As sandálias do pescador,* Morris West relata os devaneios do interrogador Kamenev: "Uma vez que você desmonta um homem sob interrogatório, uma vez que você pôs as peças sobre a mesa e depois as montou de novo, então acontece uma coisa estranha. Ou você o ama ou você o odeia pelo resto da vida. Ele por sua vez amará ou odiará você".[4]

Não sei o que o meu interrogador sentiu por mim, mas eu de modo algum senti amor por ele. Apenas uma raiva fria, permanente que nem mesmo a vingança, se fosse possível, iria alterar. Mas eu percebi — talvez de modo mais subconsciente que consciente — que se eu cedesse àquilo que sentia, não estaria respondendo como um ser humano livre, mas reagindo como um animal ferido. E não faria diferença se essa reação se desse no mundo físico (o que era impossível) ou na minha imaginação. Agir como um ser humano é reconhecer sentimentos, até mesmo a sede de vingança, mas é também seguir as exigências morais entrelaçadas por Deus no tecido da nossa humanidade. Por mais dominado pelo medo e humilhado que eu estivesse, estava determinado a não abandonar aquilo que eu acreditava ser a melhor parte do espírito humano — o amor aos nossos semelhantes, mesmo quando se mostram inimigos.

Quanto mais grave o malefício, tanto maior a probabilidade de reagirmos em vez de respondermos, de agir em relação aos malfeitores como *sentimos* vontade de agir e não como *devemos* fazer. Será que eu me ateria ao princípio de amar os próprios inimigos se tivesse sofrido abusos graves como os detentos de Abu Ghraib — ou coisas piores? Talvez não. A força dos abusos poderia ter esmagado a minha capacidade até mesmo de pensar em amar os ofensores — de lhes desejar o bem, de buscar o seu bem, de trabalhar para estabelecer um vínculo humano com eles. Todavia, será que a minha incapacidade teria cancelado a obrigação de amar meu inimigo? Penso que não. Eu simplesmente estaria protelando seu cumprimento até que alguma força acima de mim me fizesse voltar a ser como eu era. Então eu seria capaz de fazer repercutir, a meu modo, a luta e a vitória expressas no sermão de Sojourner Truth, a abolicionista e defensora dos direitos das mulheres do século XIX, intitulado "Quando encontrei Jesus":

> Graças, graças, graças ao Senhor! E comecei a sentir em minha alma um amor que nunca havia sentido antes — amor por todas as criaturas. E então, de repente, aquilo parou, e eu disse: Tem os brancos que te ofenderam e te bateram e abusaram do teu povo — pensa neles! Mas depois veio outra onda de amor em minha alma, e eu gritei forte: "Senhor, posso amar até os brancos!"[5]

Felizmente para mim, foi só o Capitão G. que eu tinha de amar, não "os brancos", não pessoas que batem até matar, não monstros dispostos a exterminar grupos étnicos inteiros.

Para triunfar plenamente, o mal precisa não de uma, mas de duas vitórias. A primeira acontece quando um ato de maldade é perpetrado; a segunda, quando a maldade é retribuída. Depois da primeira vitória, o mal morreria se a segunda não lhe infundisse nova vida. Em minha situação, eu nada podia fazer acerca da primeira vitória do mal, mas podia impedir a segunda. O Capitão G. não me moldaria a sua imagem. Em vez de retribuir o mal com o mal, eu daria ouvidos ao apóstolo Paulo e tentaria vencer o mal com o bem (Rm 12:21). No fim das contas, eu mesmo havia sido redimido por Deus que em Cristo morreu para a redenção dos ímpios. E assim mais uma vez, agora em relação ao Capitão G., comecei a caminhar — e a tropeçar — seguindo as pegadas do Deus que ama os inimigos.

Como deveria então relacionar-me com o Capitão G. em minha imaginação, agora que o seu malefício se repetia apenas na minha memória? Como deveria *lembrá-lo*, e lembrar o que ele me fizera? Como o povo de Deus ao longo dos tempos, eu muitas vezes havia orado usando as palavras do salmista: "Não te lembres dos pecados e transgressões da minha juventude; conforme a tua misericórdia, lembra-te de mim, pois tu, SENHOR, és bom" (Sl 25:7). Que significaria no meu caso lembrar o Capitão G. e sua maldade da forma que eu pedia a Deus para lembrar-se de mim e da minha própria maldade? Como deveria quem *ama* lembrar o malfeitor e o malefício?

Essa é a questão que me propus examinar neste livro. Meu tópico é *a memória da maldade sofrida por alguém que não deseja nem odiar nem ignorar, mas sim amar o malfeitor.* Essa pode parecer uma forma estranha de ver o problema da memória de injustiças sofridas. Todavia, abraçar a essência da fé cristã significa precisamente deixar-se arrastar para além da zona do conforto e entrar no arriscado território marcado pelo compromisso de amar os próprios inimigos. Ali a memória deve guiar-se pelo voto de ser benevolente e beneficente até mesmo para o malfeitor.

Muitas vítimas acreditam não ter obrigação alguma de amar o malfeitor e tendem a pensar que se de fato *tivessem de* amar o malfeitor, elas trairiam a própria humanidade em vez de realizá-la. Dessa perspectiva, na proporção em que os perpetradores de fato têm culpa, eles deveriam ser tratados como *merecem* — com a rigorosa aplicação da justiça penal. Entendo a força dessa argumentação. Mas se eu compartilhasse dessa visão, teria de abandonar uma atitude em relação aos outros que está no centro da fé cristã — o amor pelos inimigos, amor que não exclui a preocupação com a justiça, mas vai além dela. Neste livro, eu não argumento em defesa de um amor pelos inimigos que ao mesmo tempo afirma a justiça e a ultrapassa; eu simplesmente presumo que se trata de um ponto pacífico da fé cristã.[6]

Analisando os tipos de perguntas que surgem quando uma vítima procura lembrar de acordo com o compromisso de amar o malfeitor, hei de referir-me ao longo do livro aos meus próprios interrogatórios, uma vez que em grande medida eles foram o crisol usado na exploração desse tópico. Eles também foram a janela que me permitiu visualizar as experiências de inúmeras outras pessoas da atualidade e do passado, especialmente o sofrimento de muita gente do século XX, o mais sangrento de todos. No capítulo 2, entrarei no diálogo que hoje acontece entre psicólogos, historiadores e

intelectuais públicos sobre a importância da memória, um diálogo que começou em grande parte em respostas às grandes catástrofes do século passado, tais como duas guerras mundiais, o genocídio armênio, o Holocausto, expurgos promovidos por Stalin e Mao e o genocídio de Ruanda. Argumentarei que é importante não apenas lembrar, mas também lembrar *corretamente*. E no restante do livro vou explorar do ponto de vista cristão o que significa lembrar corretamente. Mas aqui, na segunda parte deste capítulo, quero registrar como o esforço de lembrar corretamente se apresenta visto de dentro, na experiência de alguém que sofreu injustiças, mas luta para amar o malfeitor. Portanto, agora que esbocei as memórias dos interrogatórios, volto-me para o exame — e até mesmo o questionamento — crítico dessas mesmas memórias.

Lembrar corretamente

A intimação de lembrar, dirigida às vítimas e também à população em geral, tornou-se nas últimas décadas quase onipresente na cultura ocidental. A primeira vez que deparei com ela depois de minha provação de 1984, julguei-a supérflua para a minha vida interior. Lembrava-me bem demais de tudo — não precisava de ninguém me estimulando a agir assim. Todavia, considerei essa injunção de lembrar perigosamente unilateral, se servia apenas para me impelir a tornar público o que me aconteceu em segredo — e esse parecia ser o principal intento de seus proponentes.

Lembrar-se de um malefício é combater contra ele. Os grandes defensores da "memória" com razão nos alertaram disso. Mas me parecia haver tantos modos de lembrar erradamente que a injunção chegava quase a ser perigosa. Eu poderia lembrar-me de modo masoquista, para usar a frase cunhada por Milan Kundera em seu romance Ignorância, recordando apenas aqueles aspectos do incidente que me tornaram desagradável a mim mesmo.[7] Ou poderia lembrar-me de modo sádico, guiado por um desejo vingativo de retribuir o mal com o mal. Neste caso estaria cometendo uma maldade minha ao mesmo tempo em que lutava, com a ajuda da memória, contra a maldade cometida contra mim. Estaria concedendo ao mal, sua segunda vitória, seu triunfo completo.

Então, desde o princípio, a questão central para mim não era *saber se* devia lembrar. Com toda certeza eu lembraria e sem dúvida nenhuma,

devia lembrar. Em vez disso, a questão central era *como lembrar corretamente*. Dada a minha sensibilidade cristã, a pergunta inicial era: Como deveria lembrar-me de abusos sofridos na qualidade de alguém comprometido a amar o malfeitor e superar o mal com o bem?

Quais são de fato as implicações de "lembrar corretamente"? Este livro como um todo procura responder a essa questão. Mas observe-se aqui que seja como for o significado de "corretamente", ele não pode referir-se apenas ao que é correto para a pessoa injuriada enquanto indivíduo. Deve ser também o que é correto para aqueles que maltrataram esse indivíduo e para a comunidade no sentido mais amplo. A razão é simples. Lembrar corretamente o abuso sofrido não é um assunto privado nem mesmo quando isso acontece no isolamento da minha mente. Sendo que outros estão envolvidos, lembrar-se de abusos sofridos tem uma importância pública. Vamos tomar separadamente cada uma dessas três relações em que se encontra quem sofreu abusos.

Primeiro, há aspectos do lembrar corretamente que dizem respeito, sobretudo, à pessoa injuriada. O impacto sobre os outros é indireto. Eu perguntava, por exemplo, se os meses de maus-tratos que permanecem em minha memória poderiam de algum modo ser transformados em algo positivo. Poderia minha vida ter sentido mesmo se aquelas experiências fossem lembradas como não tendo sentido algum? Que lugar ocuparia a lembrança de abusos sofridos em minha vida interior? O Capitão G. continuaria sentado na sala de estar, ou eu conseguiria removê-lo para um quartinho dos fundos ou trancafiá-lo no porão?

Essas questões sobre o relacionamento entre a memória dos abusos e o "espaço" interior da própria vítima estão intimamente ligadas com questões sobre o relacionamento entre a memória de abusos e o "tempo" interior da vítima. Que parte de meu projetado futuro dominaria o Capitão G., considerando-se que a memória dos abusos continuava projetando-se no meu futuro antecipado? Ele definiria o horizonte de minhas possibilidades, ou ele e seu trabalho sujo seriam reduzidos a um mero ponto escuro naquele horizonte e talvez até desaparecessem por inteiro? Esse tipo de perguntas sobre lembrar corretamente — que eu exploro no capítulo 4 — eu teria de responder sozinho. Mas o modo como eu respondesse não apenas moldaria meu relacionamento com o Capitão G., mas também afetaria meu relacionamento com todos os contextos sociais em que me encontrava.

Segundo, considere-se o relacionamento da memória de abusos sofridos com o contexto social mais amplo de onde os abusos surgiram ou ao qual eles poderiam ser aplicados. Desde o início, eu não provei meus interrogatórios simplesmente como um caso isolado de maus-tratos. Como acontece com a maioria das pessoas injustiçadas, minhas experiências imediatas tornaram-se um *exemplo*, e continuaram funcionando como um exemplo em minha memória. Mas eram um exemplo de quê? Eu poderia vê-las como um exemplo de uma forma difusa de interação humana que muitas vezes se esconde por trás do véu da civilidade, mas está pronto para mostrar sua cara feia assim que a paz social é suficientemente perturbada. Ou poderia vê-las também como o socialismo mostrando sua verdadeira natureza, da mesma forma que alguns pensam em 11 de setembro como a revelação da verdadeira natureza do islamismo radical. Também poderia vê-las como um exemplo que eu seria bom para emular de algum modo se de fato vivo num mundo de força bruta, mas naturalmente certificando-me de que eu acabaria na pele do Capitão G., não na minha própria pele infeliz. Se eu me lembrasse de meus interrogatórios como uma janela que mostra a força bruta que governa o mundo, seria essa uma lembrança correta? Ou será que eu teria lembrado de forma errada enfocando primeiro o lado negativo e depois permitindo que isso contaminasse toda a paisagem ao redor? Estaria eu permitindo que os abusos me precipitassem nas sombrias regiões infernais, que a memória deles entristecesse meu mundo e que o mundo entristecido me fizesse lembrar dos abusos de modo ainda mais negativo?

Ou então, talvez meus interrogatórios estivessem, num sentido profundo, em desarmonia com a forma de constituição essencial do universo, compondo um exemplo de nosso mundo fracassado? Que arcabouço deveria eu construir em volta da memória dos delitos do Capitão G. de modo a poder lembrar-me deles como uma anomalia de mal num mundo de bem, e não como um sintoma de um mundo além do bem e do mal? Em que relato abrangente da realidade eu precisaria inserir seus delitos para lembrá-los como algo que merece ser combatido — e combatido não primeiramente com reações violentas, mas com o poder da bondade? No capítulo 5 exploro essas questões referentes ao caráter exemplar dos maus-tratos sofridos.

Acima de tudo, porém, o esforço de lembrar-me corretamente da provação de 1984 não dizia respeito à minha cura interior ou ao modo de como eu deveria agir no âmbito social mais amplo. Era a luta de fazer justiça e

mostrar boa-vontade ao Capitão G. Deste modo, terceiro, o que significa lembrar corretamente no que se refere ao malfeitor? Se nos sentimos tentados a exclamar: "Quem se importa com ele?", a resposta certamente é que é ao malfeitor que Deus me intima a amar. Pública ou privadamente, minha lembrança estava profundamente ligada a ele; no fim das contas, eu estava rememorando as maldades *dele*.

Para facilitar-me a imparcialidade, imaginei o Capitão G. observando e ouvindo enquanto eu narrava em minha memória o que havia acontecido entre nós — uma decisão difícil, considerando-se como ele fora injusto comigo. Em minha imaginação, eu também lhe concedi o direito de falar — outra decisão difícil, considerando-se que seu método terrorista reduzira a minha fala a monossílabos balbuciados. Não lhe concedi a última palavra. Mas também não a concedi a mim mesmo! Sabendo como as memórias geralmente são imperfeitas, e tendo consciência das tendências das vítimas e dos pontos cegos, eu não poderia confiar plenamente nem em mim mesmo. A palavra derradeira devia ser proferida no Último Dia pelo Juiz que conhece a cada um de nós melhor do que nós nos conhecemos. Antes desse dia, o Capitão teria permissão para falar, eu ouviria — com ouvidos dispostos a detectar qualquer tentativa de encobrir seus crimes. Além disso, eu ouviria seus protestos, correções e emendas acerca do modo como eu me lembrava dele e de suas maldades enquanto eu continuava segurando com firmeza as rédeas do meu lembrar. Durante os interrogatórios, o Capitão G. havia muitas vezes distorcido a minha verdade e me reduzido a nada; em contraste com isso, eu ouviria a sua verdade e honraria a sua pessoa enquanto eu procurava contar corretamente a história de seus maus-tratos contra mim.

Ele de fato fez comigo o que eu me lembro que fez? Se a minha psique ferida transmitiu a minha memória injúrias que ele não me infligiu, ou exagerou as que me infligiu, *eu* estaria cometendo uma injustiça contra *ele*, apesar do fato de ter sido ele quem no passado cometeu pesadíssimas injustiças contra mim. E havia ainda a complicada, mas importante questão das intenções, não apenas de ações observáveis. Eu era sensível às intenções. O aspecto mais exasperador de meus interrogatórios era a sinistra distorção que meus interrogadores atribuíam as minhas francas falas e ações; eles atribuíam as minhas palavras e atos intenções que eu nunca tivera. O Diabo não estava nos "fatos", grandes ou pequenos, mas na interpretação deles. Era como se uma mente pervertida estivesse lendo um texto simples e se

saísse com interpretações extremamente bizarras que de algum modo conseguiam explicar os fatos.

Ora, se eu não tivesse cuidado ao relembrar a provação, poderia aproveitar para vingar-me distorcendo o que o Capitão G. dissera e fizera comigo. Por exemplo, eu poderia abstrair seus atos do sistema político e militar no qual ele trabalhava e atribuir toda a dimensão dos abusos a seu mau-caráter. Procedendo com mais caridade, mas de modo igualmente inverídico, eu poderia fazê-lo desaparecer no sistema e isentá-lo de qualquer responsabilidade. O sistema estava me atormentando, não o Capitão; ele era simplesmente seu braço mecânico. Ou poderia sugerir que, paradoxalmente, ele estava de fato praticando o mal e deliciando-se com isso porque o sistema legitimava o seu procedimento como parte de um bem maior. Talvez ele temesse o ressurgimento na Bósnia das animosidades entre grupos de diferentes credos, o que havia provocado atrocidades durante a Segunda Guerra Mundial — um ressurgimento que, pode-se alegar, de fato aconteceu e deu origem às novas atrocidades verificadas menos de uma década depois de meus interrogatórios. Muitas outras maneiras de interpretar as ações do Capitão G. são concebíveis, e a escolha desta ou daquela não deveria basear-se apenas na minha preferência. Pois distorcer uma maldade seria da minha parte cometer outra maldade — tema que exploro no capítulo 3.

Entretanto, lembrar-se de uma maldade sofrida *de acordo com a verdade* já é condená-la justamente. E eu de fato a condenei! Mas qual é a maneira correta de condenar? Essa pode parecer uma pergunta estranha. Se a condenação é justa, ela parece correta. Justa. Assunto encerrado. Mas não para quem ama o malfeitor. Como condena *corretamente* quem procura amar o malfeitor? Na tradição cristã, a condenação é um elemento de reconciliação, não um julgamento independente isolado, mesmo quando não se pode conseguir a reconciliação. Assim, condenamos da forma mais apropriada no ato de perdoar, no ato de separar o agente do ato. É assim que Deus em Cristo condenou os atos maldosos. É assim que eu devo condenar a maldade do Capitão G.

"Um morreu por todos" — inclusive eu! No bojo dessa boa nova está uma acusação condenatória: eu também sou um malfeitor. Como aparece a história de minhas próprias maldades em minha memória que condena o Capitão G.? Não aparece? Então eu sempre estaria radicalmente fora da companhia dos malfeitores ao lembrar-me das maldades dele; ele estaria nas

trevas e eu na luz. Mas isso seria certo? Os julgamentos morais não são apenas julgamentos absolutos; são também julgamentos comparativos. Então, para lembrar-me dos abusos do Capitão G. corretamente, não devo também lembrar-me deles como atos de um malfeitor confesso em vez de um autoproclamado santo?

Eu não deveria também lembrar-me de suas maldades no contexto de toda a vida dele, que poderia mostrar muitas virtudes? Na memória, uma maldade muitas vezes não fica como uma mancha isolada da personalidade de quem a cometeu; ela se espalha e contamina todo o seu caráter. Eu não devo tentar conter a difusão da mancha com respeito às maldades do Capitão G.? Como poderia fazer isso, se não me lembrasse das virtudes junto com os seus vícios, suas boas ações junto com as más? Em certas ocasiões durante os interrogatórios eu tive impressão de ver um brilho quente em seus olhos geralmente gelados. Era isso alguma bondade genuína tentando sair de sob os escombros de seus delitos ou da pervertida estrutura política para a qual ele trabalhava? Eu não deveria lembrar-me daqueles momentos de aparente bondade, por mais duvidosos que fossem?

Além disso, a morte de Jesus Cristo para salvar os ímpios que efeito tem, se é que tem algum, sobre o Capitão G. como malfeitor? Cristo "morreu por todos", diz o apóstolo Paulo; portanto, de algum modo "todos morreram", não apenas aqueles que crêem em Cristo (2Co 5:14). O Capitão G. também? Então, como eu deveria lembrar-me de seus abusos, considerando-se que Cristo os reparou? Ou será que a reparação de Cristo não tem impacto sobre a minha memória das maldades dele?

Se um morreu pela salvação de *todos*, não deveríamos *esperar* pela salvação de todos? Eu deveria esperar ativamente pela entrada do Capitão G. no mundo que há de vir? Mais ainda, Cristo morreu para reconciliar os seres humanos uns com os outros, não apenas com Deus. Fomos então reconciliados, o Capitão G. e eu, naquela colina fora das portas de Jerusalém? Estaremos nós reconciliados na Nova Jerusalém, ou devo pelo menos esperar que estejamos? Neste caso, a minha memória das maldades sofridas será emoldurada pela memória e esperança de reconciliação entre os malfeitores e as vítimas. Que conseqüências isso teria para o modo como eu deveria lembrar-me das maldades dele? No capítulo 6, eu exploro o impacto da morte de Cristo na lembrança de maldades sofridas.

O banquete é uma imagem que o Novo Testamento usa com freqüência para descrever esse mundo reconciliado. O Capitão G. e eu sentados juntos àquela mesa e celebrando entre risos e gestos de companheirismo? Um pensamento muito assustador, mas não um desfecho impossível! Que significaria lembrar as maldades cometidas por ele *agora* em vista desse futuro potencial? O que faria a vida *naquele* mundo — o mundo do amor perfeito e do perfeito gozo em Deus e na mútua companhia de todos — com a memória dos abusos? Será que eu lá me lembrarei das maldades sofridas? Se for assim, por quanto tempo? Por que eu não deveria simplesmente deixar que tudo desaparecesse de minha cabeça? Que vantagem me traria a memória dessas coisas por lá? Não se apresentaria como um obstáculo *entre* nós? Posso imaginar — *desejar* — um mundo em que eu já não rotulasse o Capitão G. como um "malfeitor" todas as vezes que o visse? Toda a seção final deste livro (do cap. 7 ao 10) explora o destino da memória de maldades no novo mundo do amor de Deus.

Decisão difícil

Num certo sentido, a decisão mais importante na composição deste livro foi pôr a questão original: "Como alguém que procura amar ao malfeitor lembra a maldade corretamente?", e permitir que ela guiasse toda a pesquisa. Essa decisão também foi a mais difícil de tomar. Não porque eu me torturasse perguntando-me se ela era *certa* ou não. Creio que foi. O problema foi aterme a ela. Quando admiti que eu deveria ter amor pelo Capitão G. — amor não no sentido de um sentimento caloroso, mas sim de benevolência, beneficência e busca de comunhão — grande parte do que escrevi no livro fluiu, pelo menos num plano geral, se não nos detalhes. Mas todas as vezes que escrevi sobre "amar" o Capitão G. uma rebelião em pequena escala irrompia em minha alma. "Eu amo a meus pais e parentes, amo a minha mulher e filhos, amo a meus amigos, amo meus animais de estimação e gansos selvagens. Poderia até amar vizinhos xeretas e colegas difíceis, mas eu *não amo* malfeitores — simplesmente não amo e nunca vou amar!" gritava o líder de minha insurreição interior. Às vezes, enquanto escrevia não me teria custado muito mudar de lado... mas amar àqueles que me prejudicam era precisamente o caminho difícil pelo qual Jesus me chamava a segui-lo — um caminho que reflete mais que qualquer outro a natureza do seu e meu Deus. Não

seguir por esse caminho seria trair o Único que é a fonte da vida e passar por cima do objetivo principal de todos os nossos desejos. Seria também um desperdício desastroso da minha própria alma.

A minha alma estava em jogo no modo como eu me lembrava do Capitão G. Mas eu não fui abandonado a minha própria sorte nessa função de lembrar. Eu era (e ainda sou) parte de uma comunidade de memória — uma igreja cristã — que desde o início estruturou minhas memórias. (Nos caps. 5 e 6 falarei mais sobre o relacionamento entre a minha memória das maldades e as memórias definidoras da igreja cristã.) Eu também estava no seio de um ambiente cultural mais amplo em que grandes esforços e debates em prol da memória espalhavam-se com toda intensidade. O Capitão G. era um dos milhares de pequenos suportes da elite comunista governante da ex-Iugoslávia; ele e os outros eram pagos para defender o regime do país, mas uma falsa memória era recrutada para legitimar seu regime. Os servos da falsa memória — historiadores, jornalistas, intelectuais públicos — faziam desaparecer certos fatos do passado nacional enquanto outros eram materializados a partir do nada. E, o que os manipuladores da memória não apagavam ou não inventavam, eles torciam e distorciam para que se encaixasse nas linhas tortas da história de auto-elogios. Naquele tempo na Iugoslávia, assim como hoje acontece em muitos países pelo mundo afora, alguns pensamentos só podiam ser sussurrados na intimidade da família ou em círculos de amigos — pensamentos que eram a substância da submersa memória "politicamente incorreta". Dizer a verdade era um ato subversivo.

Contudo a elite comunista iugoslava estava longe do ser o pior manipulador da memória do infeliz século XX. Outros regimes comunistas trataram o passado com muito menos respeito, da mesma forma que trataram seus cidadãos com mais crueldade. E os nazistas, com sua odiosa e mortal ideologia racista, não foram apenas os mais célebres malfeitores, mas também os mais célebres camufladores de crimes. Lembrar segundo a verdade nesses ambientes é um ato de justiça; e para expor os crimes e combater a opressão política, muitos autores, artistas e pensadores tornaram-se soldados da memória.

Então, como minha luta para lembrar corretamente se relaciona com essa rememoração pública recrutada para servir à causa da justiça? Na privacidade de minha vida interior, a memória das injúrias do Capitão G. imediatamente se apresenta com a face de Janus, voltando-se tanto para a virtude e a paz quanto para o vício e a guerra. E o mesmo acontece com a lembrança

pública: o escudo protetor da memória muitas vezes se metamorfoseia na espada perversa, e a justa espada da memória muitas vezes fere exatamente o bem que procura defender. O capítulo seguinte explora essa perigosa inconstância moral da memória.